


Presença ambígua: uma investigação sobre marcas e vestígios no território do Parque Dom Pedro II

Ambiguous presence: an investigation into the marks and traces in the territory of Parque Dom Pedro II

Presença ambigua: una investigación sobre las marcas y rastros en el territorio del Parque Dom Pedro II

Denise Xavier, doutoranda no Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu em Arquitetura e Urbanismo (PPGAU) da Universidade Presbiteriana Mackenzie (UPM), São Paulo, São Paulo, Brasil.

E-mail: daxis10@gmail.com  ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-8791-9938>

Norma Urban Gomes, doutoranda no PPGAU da UPM, São Paulo, São Paulo, Brasil.

E-mail: norma.gomes.ng@gmail.com  ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-5989-2646>

Para citar este artigo: XAVIER, D.; GOMES, N. U. Presença ambígua: uma investigação sobre marcas e vestígios no território do Parque Dom Pedro II. *Cadernos de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo*, São Paulo, v. 22, n. 2, p. 71-98, 2022. DOI 10.5935/cadernospos.v22n2p71-98

Submissão: 2021-03-28

Aceite: 2021-12-14

Resumo

Este artigo tem por objetivo realizar uma análise do território do Parque Dom Pedro II, em São Paulo, discutindo como as investigações no espaço urbano podem revelar conteúdos não imediatamente visíveis em observações menos atentas. Assim, com um olhar mais atento, podemos revelar processos e estratégias de registros e apagamento de vestígios que caracterizam o domínio de territórios. A percepção ocorre por meio do corpo – um órgão sensível – que vivencia o espaço público. O espaço de convivência coletiva é composto por traços e marcas de diferentes atores sociais que o constituem. A presença ambígua que percebemos na metrópole contemporânea é do que se trata este trabalho. Assim, o trabalho está organizado em três partes: a primeira discute conceitos teóricos que embasarão a prática; a segunda apresenta um breve contexto histórico do Parque D. Pedro II; e a terceira realiza a análise perceptiva a partir do espaço público. O artigo argumenta que a leitura da paisagem urbana é uma construção feita pela sobreposição de versões relativas e parciais que só se tornam inteiras quando vistas em conjunto e com um olhar transversal, ou seja: compreender a complexidade das análises sociais e espaciais com categorias e identidades que são mutáveis e podem ter diferentes interpretações.

Palavras-chave: Paisagem urbana; Espaço público; Percepção; Invisibilidade; Parque Dom Pedro II.

Abstract

This article has the objective to analyze the territory of Parque Dom Pedro II, in São Paulo, discussing how investigations in the urban space can reveal contents that are not immediately visibly noticed unless you pay proper attention to it. Thus, with a closer look, we can reveal processes and strategies for marking and erasing traces that characterize the domain of territories. Perception occurs through the body – a sensitive organ – that experiences the public space. The space for collective coexistence is composed of traces and marks of different social actors that constitute it. The ambiguous presence that we perceive in the contemporary metropolis is what this work is about. Thus, to discuss such issues, the work is organized in three parts: the first discusses theoretical concepts that will base the practice; the second presents a brief historical context of Parque D. Pedro II; and the third performs the perceptual analysis from the public space. We argue that the reading of the urban landscape is a construction made by the overlapping of relative and partial versions that only become whole when viewed together and with a transversal look, that is: to understand the complexity of social and spatial analyses with categories and identities that are changeable and can have different interpretations.

Keywords: Urban landscape; Public space; Perception; Invisibility; Parque Dom Pedro II.

Resumen

Este artículo tiene como objetivo realizar un análisis del territorio del Parque Dom Pedro II, en São Paulo, discutiendo cómo las investigaciones en el espacio urbano pueden revelar contenidos no inmediatamente visibles en observaciones menos atentas. Así, con una mirada más cercana, podemos revelar procesos y estrategias para registrar y borrar los rastros que caracterizan el dominio de los territorios. La percepción se produce a través del cuerpo – un órgano sensible – que experimenta el espacio público. El espacio de convivencia colectiva está compuesto de rastros y marcas de los diferentes actores sociales que lo constituyen. La presencia ambigua que percibimos en la metrópoli contemporánea es de lo que trata este trabajo. Así, para discutir tales temas, el trabajo se organiza en tres partes: la primera discute conceptos teóricos que basarán la práctica; la segunda presenta un breve contexto histórico del Parque D. Pedro II; y la tercera realiza el análisis perceptual desde el espacio público. Argumentamos que la lectura del paisaje urbano es una construcción realizada por la superposición de versiones relativas y parciales que solo se vuelven integrales cuando se miran juntas y con una mirada transversal, es decir: comprender la complejidad de los análisis sociales y espaciales con categorías e identidades que son cambiantes y pueden tener diferentes interpretaciones.

Palabras clave: Paisaje urbano; Espacio público; Percepción; Invisibilidad; Parque Dom Pedro II.

INTRODUÇÃO

O presente artigo visa a refletir sobre como um espaço urbano pode trazer em sua estrutura uma série de conteúdos insuspeitos ao primeiro olhar do observador. O substrato físico da paisagem pode exibir marcas de domínios nos territórios e servir a afirmação e/ou resistência de presença. Se por um lado, o espaço pode ser permeável às pessoas, às atividades e às dinâmicas sociais, por outro, pode evitar a absorção de seus traços.

Acredita-se que, por meio de uma leitura atenta da paisagem, praticando um olhar investigativo tal qual o de um detetive, é possível revelar processos e estratégias que tornam o espaço mais ou menos flexível à presença dos outros e de nós mesmos. Para ler a aparência da paisagem e não esquecer que o que se vê é um instante inerte de processo multidirecional, complexo e não estático, é necessário um esforço para enxergar através e para além das imagens imediatamente visíveis. Para tanto, é preciso entender como se construíram a absorção e a percepção no ambiente metropolitano e como as ações de nossos corpos, enquanto órgãos sensoriais, produzem traços que definem e orientam o território.

Exercitando esse olhar, este artigo tem por objetivo estudar o Parque D. Pedro II sob uma perspectiva investigativa e sensível às suas ambiguidades. Para isso, foi estruturado em três partes. A primeira dialoga com um arcabouço conceitual; a segunda apresenta a contextualização da área; e a terceira realiza a análise perceptiva, comentando a metodologia utilizada. A base teórica apresentada na primeira parte tem como ponto de partida os conceitos que embasaram a análise

do território enquanto presença ambígua, investigando a constituição da percepção dessa(s) presença(s) no ambiente metropolitano e suas narrativas, que refletem sobre como o lugar é permeado por discursos que podem ser revelados por uma observação mais aguçada.

Na sequência, é tecida uma breve contextualização do estudo de caso, por meio da construção de uma sequência de mapas que mostram alguns momentos de transformações por que passou esse relevante espaço público até chegar à sua estrutura atual. Como forma de exercitar esse olhar atento, dedica-se a última parte do artigo à partilha da leitura perceptiva realizada no Parque D. Pedro II.

A definição da condição metropolitana e a construção de um novo comportamento

A origem da condição metropolitana contemporânea atual tem sua gênese na metrópole moderna europeia da passagem do século XIX para o século XX. A revolução, a princípio atribuída apenas à revolução no campo tecnológico – no caso, a indústria –, engendrou um sistema de intensas transformações que culminaram no completo redimensionamento do ambiente urbano e de todas as relações sociais advindas dele. Nesse sentido, surgiu com a metrópole um novo código de conduta, de sensibilidade e de expressão que passou a guiar nossa percepção cotidiana.

O crescimento exponencial dos pequenos aglomerados urbanos, levado a cabo pelas mudanças na esfera produtiva, encontrou na metrópole sua expressão. O contexto metropolitano trouxe profundas mudanças e impôs à sociedade necessidades de adaptações e/ou de criação de um novo sistema de valor, capaz de regular essas novas relações traçadas entre sujeitos, objetos e espaços.

Seguindo o ritmo do fluxo de uma sociedade balizada pelo valor de troca, os parâmetros e a hierarquia na definição de poder são construídos e desconstruídos. Ou seja, a distinção entre a metrópole e a organização espacial precedente não diz respeito exclusivamente ao seu tamanho. Para Manuel Castells (1983), a metrópole não é apenas um organismo espacial urbano mais complexo e mais alastrado, mas a responsável pela edição de um dos maiores legados para a nossa época: a cultura urbana. Castells (1983) aponta para a contribuição de dois autores que se dedicaram à identificação do surgimento de um novo tipo de sensibilidade que moldou o tipo metropolitano: Louis Wirth e Georg Simmel.

Em seu texto *"Urbanism as a way of life"*, publicado pela primeira vez em 1938, Wirth (1997 [1938]) explica que determinadas características presentes na então emergente forma de vida social (a metrópole moderna) seriam responsáveis pela composição da identidade urbana, uma identidade construída em oposição à dinâmica da vida rural. O autor identifica na transformação dimensional do ambiente urbano, na densidade do coabitar espacial e na heterogeneidade social, os fatores que levaram a construção de um modo de ser e de viver na cidade.

Com relação ao caráter dimensional, característica físico-espacial, o autor argumenta que quanto maior a cidade, maior o número de pessoas diferentes vivendo lado a lado com diferentes demandas e interesses que são, muitas vezes, competitivos entre elas. A densidade como uma segunda característica dos grandes centros urbanos opera em consonância com as outras duas citadas anteriormente, o caráter dimensional e a heterogeneidade, provocando a intensificação das diferenças até alcançar um ponto que pode significar perigo. Isso porque o coabitar compulsório de muitas pessoas em um mesmo território aproxima, perigosamente, perfis heterogêneos, o que pode facilmente causar situações de animosidade e de disputa.

Assim, para evitar essa constante ameaça, a sociedade metropolitana desenvolveu um comportamento reativo à presença do outro, a fim de conter e manter a distância necessária para evitar o conflito. Isto é, o sujeito moderno desenvolve um caráter esquizoide, que, para Wirth (1997 [1938]), é uma questão de sobrevivência e proteção. Nesse contexto, as atitudes de afastamento e de indiferença em relação ao outro seriam as únicas formas de os sujeitos não investirem uns contra os outros em uma condição física marcada pela contiguidade entre outros.

George Simmel (1967) também analisa tais comportamentos, identificando a atitude *blasé* como típica do sujeito psicologicamente adaptado à condição moderna de urbanidade. Em seu texto “Metrópole e vida mental” (SIMMEL, 1967), Simmel argumenta que a intensidade advinda da aglomeração de pessoas somada à velocidade da sucessão de atividades no contexto da metrópole poderia representar uma ameaça à integridade do sistema anímico de seu receptor – caso esse se tornasse permeável e atento a todos os estímulos recebidos. Isso poderia sobrecarregá-lo e comprometer a elaboração da resposta nervosa às demandas do meio. Assim como um princípio de “economia” nervosa, o sujeito metropolitano aprendeu a evitar o desgaste de si opondo-se à avalanche de estímulos por meio da indiferença, eis o comportamento *blasé*.

Simmel (1967) explica que, a cada ativação recebida do meio, o sujeito é levado a esboçar uma reação, seja de entendimento e interpretação da mensagem, seja de nova resposta dirigida ao meio. O autor argumenta que, em uma pequena cidade, o sujeito é afetado por um número limitado e pouco variado de estímulos em seu contexto e, nesse cenário, é capaz de reagir de modo sensível sem temer um esgotamento das suas reservas nervosas.

Diferentemente, em um grande centro urbano, a quantidade de estímulos externos e de suas sobreposições deixa-o suscetível a mudanças abruptas e sucessivas de modo com que se supera em muito a possibilidade de respostas dadas pelo sujeito urbano – sem que isso se torne uma ameaça à manutenção do seu equilíbrio psicológico. Assim, podemos afirmar que, para Simmel (1967), o “tipo” metropolitano apresenta uma certa dose de resistência perceptiva em seu padrão psicológico, como uma espécie de cegueira funcional que tem o propósito de diminuir a necessidade de reação do sujeito em relação ao meio, poupando-o de recursos nervosos essenciais à preservação do ego.

A atitude *blasé* referida pelo autor caracteriza-se por um recurso com o qual o indivíduo consegue administrar suas interações em um meio numeroso de

pessoas, objetos e acontecimentos de modo intelectualizado e distante. Com esse comportamento, o sujeito metropolitano cria uma categoria ambígua de presença. Sua consciência está presente e seu corpo, inevitavelmente, também. Contudo, seu núcleo sensível ou foi anulado ou encontra-se em estado de latência, como algo que se desenvolve e se anuncia antes de possuir sua forma definitiva. Nesse estado semipresencial, típico do sujeito metropolitano, o indivíduo relaciona-se com o mundo externo de modo a dotá-lo de irrelevância, podendo assim permanecer alheio às suas demandas. Em um outro sentido, esse mesmo sujeito também gostaria de passar despercebido aos olhares de tantos outros sujeitos que, como ele, também fingem não ter a consciência da presença dos demais e das intensas solicitações que ameaçam sua individualidade.

Já no que se refere à atualização dessas práticas presentes na metrópole contemporânea, Ignasi de Solà-Morales (1996, p. 74), em “Arquitetura fraca”, cita o filósofo italiano Massimo Cacciari, que, por sua vez, em texto crítico ao posicionamento filosófico de Martin Heidegger, parece chegar a uma definição precisa da essência da experiência da vida metropolitana contemporânea como uma sensibilidade moldada na ausência. Solà-Morales (1996) aponta para uma existência construída em meio às intensas presenças materiais e pela sucessão de corpos, em que o sujeito metropolitano vivencia a dubiedade de estar presente, mas querer-se ausente.

Walter Benjamin (1997 [1935]) mostra que esse caráter de desaparecimento presente no ambiente da metrópole pode representar uma estratégia de redenção do sujeito por meio de expressões artísticas. Por exemplo, ao analisar a obra do poeta Baudelaire, Benjamin indica que o comportamento *blasé* metropolitano pode abrir caminho para um exercício de liberdade para o artista, que, isolado em seu mundo e protegido pelo anonimato das ruas, pode dar vazão a um estado de consciência pura. O *flâneur* personifica esse sujeito plenamente adaptado aos recursos de desaparecimento e usa desse meio para enxergar através da visão embaçada pela multidão.

Nesse sentido, Benjamin (1997 [1935]) entende a figura do *flâneur* como um detetive, pois ambos se valem de sua capacidade de observador para o exercício do olhar através da opacidade do mundo e sentem um grande prazer em permanecerem incógnitos e conscientes em seu deambular aparentemente insone.

Benjamin (1997 [1935]) aponta que a vivência do espaço da metrópole constitui em um exercício fundamentado na experiência do “choque”, estado de surpresa e susto causado pela presença do outro. Essa condição é, ao mesmo tempo, incômoda e prazerosa, uma vez que esse “choque” pode significar também uma oportunidade de despertar nossa consciência para a observação do fenômeno do presente.

A partir dos autores citados anteriormente, podemos inferir que boa parte da experiência na metrópole é constituída pela ambiguidade das relações corporais intensas *versus* estratégias perceptivas de caráter protetivo. A qualidade de estar presente ou ausente – de tornar-se visível ou pretender-se invisível – no espaço parece encerrar boa parte dos mecanismos do estar em público no ambiente urbano da metrópole. Tudo está de acordo se podemos participar desse jogo no domínio dessa espécie de seletor *on/off* de presença. Operando esse comando, podemos nos apresentar ou nos ausentar entrando em um estado de *estar/não*

estar; ver/cegar, tudo ajustado na medida conveniente para o sujeito. Se esse for habilidoso no controle dessas operações, pode até retirar certa dose de prazer dessas estratégias, permanecendo vivo e interativo apenas quando interessa e praticando a desapareição e a esquivia quando o contato não é desejado. O problema é que nem todos têm o mesmo direito ao controle desses comandos.

Na constituição de nossa sociedade urbana, algumas pessoas são, *a priori*, consideradas invisíveis, e devem permanecer assim até conseguirem reunir as condições necessárias para que sejam capazes de reivindicar o direito e a visibilidade. Essas pessoas, apartadas do domínio de sua existência, dependem da atenção dos outros para poderem existir.

Em vista disso, nota-se que, enquanto para alguns as operações de invisibilidade podem ser vistas como recursos protetivos (como preservação da individualidade, fuga de investidas de estranhos ou estratégia de liberdade e expressão), para outros, é a prova de um estado ambíguo de existência, pois, embora se saiba presente, experimenta uma estranha sensação de transparência que assume diante do outro.

Ignorar de maneira programada o outro não impede, no entanto, que permaneçamos conscientes de que aquele corpo reivindica nossa atenção. É preciso esforço para não notarmos sua manifestação. Por conseguinte, assim como podemos programar nosso comportamento para notar ou não notar a presença do outro, o espaço também pode oferecer substrato de manifestação ou resistir aos sinais deixados pela presença corporal de determinados grupos sociais.

Ora, o sentido seminal do conceito de espaço público é o da constituição de um espaço para todos. Portanto, idealmente, deveria ser um espaço permeável à manifestação de todos. Entretanto, sabemos que nem todos os espaços públicos são realmente permeáveis à diversidade ou se dão de modo generoso à acomodação de todas as corporeidades. Muitos têm caráter repressor e reproduzem, em sua dimensão física, estratégias defensivas privilegiando um grupo social em detrimento da presença de outros. Saber reconhecer mecanismos e estratégias de afastamento e/ou receptividade permeados na forma em que o espaço se apresenta pode auxiliar-nos na programação de espaços públicos que possam fomentar o surgimento de um ambiente urbano mais inclusivo.

Segundo Saskia Sassen, em seu artigo *"Does the city have speech?"* (2013), a linguagem é um elemento fundamental tanto quando se trata de democracia quanto de política. Para a autora, o espaço urbano pode transformar discursos em expressões visíveis, demonstrando uma grande capacidade de legitimar a presença de grupos e identidades. Essa capacidade não passa despercebida na disputa de grupos sociais em afirmar sua hegemonia no cenário do espaço da cidade. Dentro das articulações da vida urbana cotidiana e no terreno mutante de suas espacializações, as formas contínuas de negociação silenciosa são estabelecidas.

Os espaços urbanos são ativamente constituídos por meio das práticas espaciais de diferentes grupos. No entanto, desenvolver uma compreensão dos múltiplos usuários que podem estar em conflito ou excluídos raramente é o foco da atenção do planejamento urbano. A cidade vivenciada carrega em seu meio físico

conteúdos claramente comunicacionais. Essa propriedade não é exclusiva do espaço ou de seus elementos. Essa capacidade de gerar sentidos estende-se, alonga-se, e atinge os corpos. Esses últimos são vistos não mais como um destino biológico, pois, com o passar dos tempos, passaram a ser também uma forma de representação. São mutáveis e representativos. O ser humano, quando percebe sua posição relativa ao espaço circundante, necessita de uma identificação com o local onde se encontra. Para Kohlsdorf (1996), esse fato corresponde ao vínculo existencial dos indivíduos com o mundo vivido durante a apreensão dos lugares, não se resumindo apenas à imagem percebida, mas também às expectativas emocionais e afetivas. A análise perceptiva como ferramenta para construção de vínculos existenciais e afetivos dos indivíduos com o espaço se encontra em obras como a de Gehl (2013) e Careri (2013). Correspondendo e avançando na linha de raciocínio de obras clássicas, estão as obras de Gordon Cullen (2010) e Kelvi Lynch (2006).

A paisagem visual urbana está em constante transformação. São novos edifícios que surgem a cada dia. São novas rotas, viadutos e operações de reabilitação de praças, parques etc. São os cartazes da propaganda política ou da publicidade em renovação cíclica e constante. São os *outdoors*, os grafites e outras expressões visuais informais. São as últimas modas lançadas que despontam e se exibem na cidade. São os cafés, restaurantes, lojas, entre outros estabelecimentos que abrem e fecham. Tornou-se um hábito, por isso, conceber a cidade como um ser mutante na sua aparência. As cidades não estão paradas, não são imóveis ao longo do tempo. São territórios dinâmicos e em transformação constante (CAMPOS; VAZ, 2014).

Podemos dizer que a cidade sempre foi tratada como alegoria de seu tempo, trazendo em sua materialidade os sinais do sistema de valores que representam o poder dominante. A cidade hoje é marcada pela rapidez, conectividade, metamorfose, aparência etc. Uma cidade atrativa, por exemplo, é alvo de operações plásticas constantes que visam a tornar a sua figura mais agradável à fixação do capital e de suas atividades relativas.

A cidade-imagem, medida pela facilidade com que cada uma de suas partes se reconhece e se organiza em um padrão coerente (LYNCH, 2006, p. 62), vive em grande medida de processos de comunicação, que também gestam a cidade-clandestina, que, por sua vez, também edita sua própria linguagem. Ambas, no entanto, valem-se de uma comunicação ideológica e codificada que serve como instrumento para o condicionamento da sociedade às regras e aos valores que interessam aos grupos dominantes. Desse modo, o processo de construção da paisagem urbana oscila em razão das disputas territoriais de diferentes atores sociais.

Esse campo de negociação e conflito chamado cidade é expresso em seus sistemas de visibilidade. Podemos notar claramente esse processo nas áreas da cidade consideradas problemáticas, isto é, regiões dominadas por atividades de natureza criminal e onde o aparato do Estado se apresenta de modo residual ou ausente. Nesses microcosmos, os regimes de visibilidade são reivindicados pelos grupos dominantes, por exemplo, gangues ou cartéis, com o objetivo de controlar as operações nesse território. O poder aqui é “encenado” por meio de códigos de condutas, representações simbólicas e marcas identitárias, como as grafadas no

espaço público, para que não reste dúvidas de sua presença, como acontece com os pichos e grafites (LEY; CYBRIWSKY, 1974).

Existe uma polaridade que envolve a marcação dos espaços por grupos de poder: de um lado, a institucionalização de certas práticas que visam à manutenção do *status quo*, a reprodução de estruturas sociais e a consagração das ideologias que os suportam; e, do outro, ficam as ações que se assumem como formas de resistência ou subversão aos regimes de visibilidade e usam esses para afrontar conteúdos ideológicos hegemônicos.

Os edifícios simbolicamente mais marcantes do Estado, como os da Igreja ou das grandes corporações econômicas, exibem sua opulência, por exemplo, por meio das suas propriedades e do aparato de segurança que as envolve. Para além disso, o seu poder na sociedade também é patenteado em diversas outras manifestações do visível, que devem ser lidas em função da geografia (da nobreza dos lugares), da materialidade (da riqueza do edificado) e da sua amplitude (quantidade/pluralidade de representantes físicos das instituições).

Na atualidade, a imagem e o objeto de consumo são atores relevantes e reveladores na nossa paisagem urbana, sendo que a centralidade que esses ocupam no nosso horizonte visível manifesta a preponderância que detêm no nosso cotidiano e nos nossos imaginários. A isso, é possível acrescentar o poder que o setor privado e as grandes corporações multinacionais assumem na forma como se fabrica o espaço urbano, fator evidente não apenas na sua capacidade de aquisição de propriedade, mas também na de produzir paisagem. Como tal, a cidade é, em grande medida, um reflexo dessa sociedade consumista, um repositório de marcas, produtos e imaginários. As mostras/vitrines, os *outdoors*, os transportes públicos e os edifícios encobertos por publicidade, por exemplo, refletem essa condição.

Ao longo da história, diferentes manifestações das culturas populares têm sido alimentadas por esse pulsar destrutivo, pela energia catártica que é libertada pelos gestos de desordem, inversão e afronta aos poderes hegemônicos (seculares ou religiosos) (BALANDIER, 1999).

Uma das ações que podemos considerar nesse âmbito envolve aquilo que se denomina estéticas da transgressão (CAMPOS; SIMÕES, 2014), invocando as manifestações que visam, de alguma forma, por meio de múltiplos formatos de comunicação, a criar episódios disruptivos, que afrontam ou suspendem a ordem oficial e as convenções sociais. Podemos dizer que são formas de “guerrilha semiótica”, para usar o termo de Umberto Eco invocado por Hebdige (1988) a propósito dos estilos subculturais, geralmente de natureza vernacular, empregados pelo cidadão comum e que colocam em causa o poder das instituições sociais dominantes. Isso porque a existência das subculturas juvenis acaba dando margem para novas leituras, frequentemente tidas como não natural, em formatos que levam à transgressão de códigos comportamentais, a quebras de leis, à consciência de classe, enfim, abrindo continuamente superfícies para se pensar uma nova normalização da sociedade (HEBDIGE, 1988). Portanto, dar visibilidade a essas expressões é, assim, uma forma de manifestação não apenas estética, mas também política.

A força que desintegra essas linguagens provém de um lugar denominado maldito, por serem provenientes dos espaços desconhecidos, invisíveis, obscuros e não controlados pelo poder formal. Tais linguagens estão geralmente associadas à noite, ao não visível e à marginalidade social. Todo discurso corrente, difundido pelos meios de comunicação e pelos poderes, acentua a sua dimensão de vandalismo e a necessidade de apagamento dessas formas de expressão. Daí, a reiterada necessidade de silenciar essas linguagens. Torná-las invisíveis é sempre uma vitória do poder constituído.

A problemática da comunicação visual em meios metropolitanos é complexa e remete a uma profusão de objetos empíricos que podem ser analisados a partir de múltiplas perspectivas. Incontornável é a dimensão da visibilidade, por si só uma questão de suma importância para todos aqueles que se dedicam a estudar o ser humano vivendo em comunidade. Não apenas porque a visão se encontra no cerne de grande parte das ações de perscrutação da realidade, mas principalmente porque essa é culturalmente modelada, sendo que a forma como se forja o horizonte do visível (e do invisível) desvenda opções individuais e sociais profundamente significativas. Nesse seguimento, devemos colocar algumas questões maiores como: por que certos elementos, símbolos, artefatos, grupos ou indivíduos devem estar visíveis e outros não? E em que circunstâncias?

Tais interrogações são ainda mais prementes quando verificamos que a nossa sociedade, para além de conferir à visão um papel central, multiplicou os dispositivos técnicos que auxiliam as operações de visualização do mundo. A tecnologia passou, assim, a ser um ator destacado na arena da visibilidade. A capacidade de ver não se encontra distribuída equitativamente e a posse de dispositivos tecnológicos é determinante para o modo como se processam as relações no campo do visível. Quando falamos de cidade, fazemos alusão a um espaço territorial de amplas dimensões, habitado por uma grande quantidade de pessoas de origens e características distintas. O espaço físico urbano é, por isso, uma paisagem vasta e multifacetada, traduzindo a diversidade de gente e atores agindo na e sobre a cidade.

O território comunica-nos. O território é um repositório de símbolos que se abre à leitura dos seus habitantes. Se há atores que detêm o poder para agir sobre o espaço, moldando-o, existem os destituídos dessa capacidade. No campo da visibilidade operam identidades culturais, conflitos simbólicos, enunciados estéticos etc. O poder político ostenta a sua força por meio da autoridade; expõe a sua grandeza por meio dos edifícios oficiais, dos monumentos oficiais e demais rituais do Estado, como a realização de desfiles militares ou a colocação de bandeiras etc.

O mercado e as empresas exibem-se na publicidade que invade a cidade. O setor financeiro demonstra o seu poderio por meio de edifícios imponentes, mas, no meio dessa paisagem ordenada pelo poder, existem fissuras, espaços não regulados que dão origem a diferentes expressões desviantes. Todas as relações de poder são marcadas por exercícios de revelação, ocultação e vigilância.

Em todas as cidades, os seus habitantes têm maneiras próprias e singulares de marcar os seus territórios. Não existe cidade, cinzenta, colorida ou branca, que não anuncie, de alguma forma, que os seus espaços são percorridos e

denominados por seus cidadãos. O território alude, mais propriamente, a uma complicada elaboração simbólica que não se cansa de apropriar-se das coisas e tornar a nomeá-las, num característico exercício existencial-linguístico: aquilo que vivo, nomeio.

Transformar as mazelas das cidades, espaços que a compõem mas que não se compreende em um primeiro olhar, tornam-se espaços de negação ou espaços de sublimação do inconsciente dessas cidades, é tarefa do poder público. Espaços que, ao longo do tempo, assumiram vários significados para essa cidade em mutação são objetos que devem ser compreendidos e ter sua história decifrada.

Contextualização

Feita a introdução conceitual e antes de seguir para a análise do território do Parque Dom Pedro II, iremos apresentar um breve contexto desse relevante espaço para a construção da cidade de São Paulo. Trata-se de um espaço público que se mostra na condição atual ao mesmo tempo resistente e residual e que traz em sua compreensão física várias camadas de significados que podem ser lidas sob a ótica das sucessivas marcas de discursos de domínio territorial.

A história da cidade de São Paulo está intimamente ligada à história do Parque Dom Pedro II. Esse local é emblemático por exhibir em seu desenvolvimento as marcas e rastros de diferentes versões de cidade editadas pelas sucessivas administrações públicas da capital paulista.

A originária condição de várzea que caracterizava a porção urbana que daria lugar ao Parque Dom Pedro II serviu, por muito tempo, como um elemento divisor do território da cidade, afastando as pessoas empobrecidas para “um pouco mais acolá” do limite da faixa inundável. Com o passar dos anos – devido aos episódios sucessivos de enchentes que atrapalhavam a dinâmica da cidade, além das ameaças sanitárias a elas associadas –, o território sofreu uma série de intervenções e obras. A primeira intervenção na Várzea do Carmo de grande porte foi realizada por João Carlos A. Bresser em 1849 e teve como foco a retificação e o tratamento da calha do rio para poder promover maior controle das enchentes. O caráter limitado dessa ação provou-se adiante com a recorrência de novos episódios de inundação.

Entre 1872 e 1875, no governo de João Teodoro, uma segunda intervenção aconteceu na região. Dessa vez, a ação principal concentrou-se em aumentar a conectividade do centro com a porção leste da cidade por meio da criação de uma série de transposições e vias de ligação. Nessa oportunidade, Teodoro também propôs a construção da chamada Ilha dos Amores, demonstrando pela primeira vez a preocupação com a atratividade do contexto e indicando um direcionamento da área para atividade de lazer.

Após essas primeiras intervenções, outras tantas sucederam com caráter de saneamento e embelezamento da região. Em 1911, o arquiteto francês Joseph-Antoine Bouvard foi convidado para idealizar o projeto do Parque da Várzea do Carmo. O projeto foi desenvolvido por Francisque Couchet, que seguiu de modo

parcial a proposta original. A cidade ganhou, assim, uma grande área com características de parque urbano desenhada com características de *boulevard*. Em 1921, a área recebeu o nome de Parque Dom Pedro II, inaugurado em 1922.

O aspecto do parque, quando inaugurado, permaneceu até 1939 (Figura 1 – constituição física no mapa de 1930), momento no qual sofreu uma série de transformações em função da implantação do Plano de Avenidas idealizado na década de 1930 e implementado na cidade entre 1939 e 1945. Nesse momento, o parque urbano perdeu parte de seu território para a abertura de avenidas e circuitos de interligações, necessários para a realização do anel de irradiação do plano, além de perder algumas de suas atrações, como a Ilha dos Amores, cuja porção foi reintegrada ao parque.

Mais tarde, a década de 1950 marcou o período em que sucessivas intervenções de caráter rodoviarista passaram a ocorrer na cidade, e a área onde se encontra o Parque Dom Pedro foi intensamente afetada por elas. A consolidação da avenida Rangel Pestana e a abertura da Radial Leste são alguns exemplos dessas intervenções que corroboraram para a alteração da paisagem. Essas vias roubaram parte do território e isolaram diferentes porções do parque.

As décadas seguintes (1960 e 1970) reforçaram essa tendência. Nesse período, a visão rodoviarista dominou de modo a gestão do espaço urbano. A valorização da fluidez e da velocidade rodoviária e individualista transformou cruzamentos de avenidas da região em um sistema de vias elevadas, segregando ainda mais os espaços e transformando o parque em áreas verdes fragmentadas, estranguladas e ilhadas por fluxos de veículos e por grandes áreas de estacionamentos. Da década de 1970 até os dias atuais, nota-se que, além da malha rodoviária que fraturou a unidade do parque, uma série de infraestruturas ligadas aos sistemas de transporte de massa da cidade teve seus terminais instalados nesse mesmo espaço. Primeiro, o terminal de ônibus do Parque Dom Pedro II ocupou, em 1973, a porção noroeste do parque. Depois, a estação de metrô do Parque Dom Pedro II também se valeu de parte do território do antigo espaço público para se instalar. Por fim, em 1997, na gestão do prefeito Celso Pitta, mais uma parcela do território foi destinada a um novo terminal de transporte do sistema de veículo leve sobre pneus (VLP), popularmente conhecido como fura-fila.

Sob o comando da visão urbanística de cada época, a porção de área livre do parque foi sendo progressivamente engolida por projetos de melhoramentos e desenvolvimentos viários (Figura 1). Foram tantas as intervenções que hoje ele se constitui basicamente por uma sobreposição de vias de tráfego urbano, linhas do metrô e grandes complexos que visam ao escoamento dos sistemas de circulação da metrópole. Nesse cenário, o rio – elemento cuja presença meandrada no passado havia conservado essa área desocupada –, encontra-se atualmente a 5 m abaixo da visão de quem circula no espaço – uma triste imagem do refluxo de rejeitos urbanos.

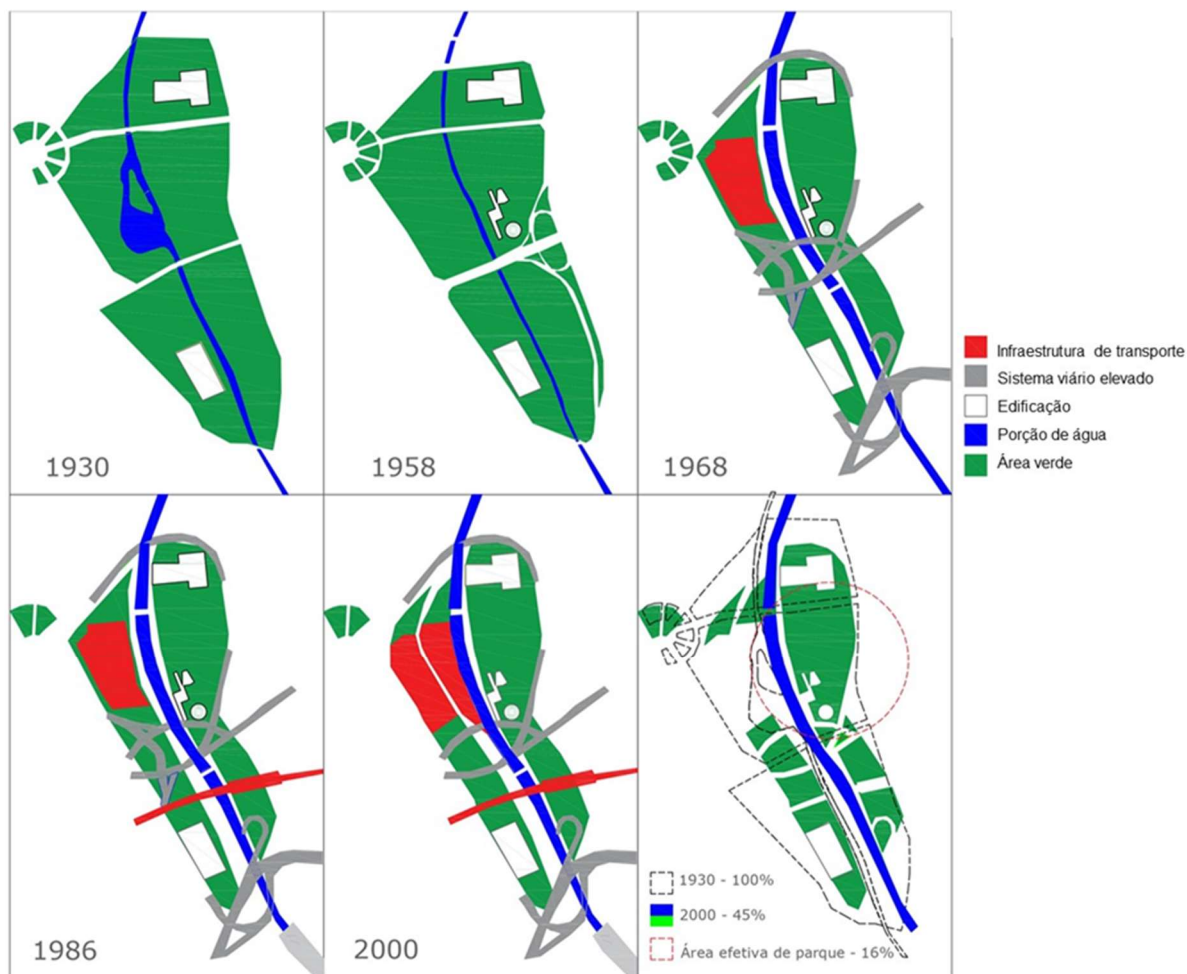


Figura 1: Mapa de ocupação do Parque Dom Pedro II de 1930 a 2000 Fonte: elaborada pelas autoras.

As intensas conexões e infraestruturas de circulação que ocupam boa parte do território, ainda denominado parque, expressam de modo contundente as escolhas que o poder público – em suas sucessivas gestões – fez ao longo do tempo, retirando desse lugar boa parte de sua relevância simbólica e tratando questões complexas – como os congestionamentos na cidade – com respostas simplórias, como construções indefinidas de vias na expectativa de um aumento infinito de vazão. Esse parque, tão relevante para a cidade, é hoje um hiato espacial, timidamente verde, que resta em meio a uma intensa malha rodoviária. Sua dramática retalhação física exhibe a agonia de um espaço público em vias de extinção. Podemos dizer que sua situação atual é um testemunho físico da miopia de um poder público que, gestão após gestão, limitou-se a emitir respostas tópicas para problemas sistêmicos.

Análise

A análise realizada neste artigo foi desenvolvida por meio de um exercício de observação atenta e investigativa do território. Acredita-se que um olhar instrumentalizado pode ver para além de uma aparência imediata. Aqui, a figura do *flâneur*, do sujeito que tenta retirar da opacidade da realidade que o cerca uma trama que pode conduzir a construção de significados, foi o modo que encontramos de encarar esse território residual e simbólico da cidade.

O conceito de percepção da paisagem urbana que se realiza em movimento sugerido pela visão serial, de Gordon Cullen (2010), auxiliou na orientação desta análise.

Para sistematizar os resultados, buscou-se relacionar os aspectos percebidos com o conteúdo teórico acima desenvolvido. Para tanto, tentou-se identificar, na estrutura espacial do espaço urbano e de seus usos, três categorias de indicadores: índices afirmativos; índices negativos; e índices de presença ambígua. Cabe ressaltar que o esforço em sugerir uma categorização não reside na vontade de esgotar ou limitar as possibilidades interpretativas, ele apenas indica a vontade de orientar a análise do recorte proposto.

Assim, para efeito deste estudo, consideraram-se índices afirmativos os elementos ou estratégias espaciais que revelam que aquele ambiente é permeável às diferentes pessoas e atividades típicas de um espaço de caráter público, e demonstram algum nível de consideração quanto ao conforto e à segurança de seus usuários. Os índices negativos podem ser vistos tanto como resultantes da ausência de indicadores afirmativos quanto como a sobreposição de elementos que intentam limitar ou constranger as atividades de pessoas, servindo ao controle e à exclusão de determinadas presenças. Por fim, consideram-se índices de presença ambígua as marcas e vestígios que atestam a existência subliminar de atividades não programadas e/ou a presença de grupos invisibilizados e que se valem das frestas da estrutura formal do espaço para se expressarem.

Os índices afirmativos foram estudados a partir de algumas categorias consideradas essenciais pelas pesquisadoras para confrontar a qualidade de um espaço público, sendo eles: 1. conforto corporal: elementos e/ou características que afetam diretamente as nossas demandas físicas, como a presença, em quantidade adequada e com boa conservação, de mobiliários urbanos, de elementos naturais etc.; 2. amplitude visual: capacidade de dominar pelo olhar o território, o acesso a vistas panorâmicas e privilegiadas, importantes estímulos à atividade de estar em público; 3. infraestrutura para atividade: presença e boa conservação de espaços e equipamentos para atividades de esporte e lazer, oferta e boa conservação de caminhos; 4. segurança: espaço aberto com boa permeabilidade visual, distanciamento de vias de alta velocidade e demais estratégias para garantir segurança; 5. vitalidade: a presença de outras pessoas em quantidade e diversidade o suficiente para nos sentirmos seguros e animados com a sociabilidade.

No que diz respeito aos índices negativos, como afirmado anteriormente, seguem os mesmos aspectos dos índices afirmativos, mas variam em relação a sua ocorrência e sua intencionalidade.

Já os índices de presença ambígua são marcas e vestígios no espaço urbano que atestam a presença não autorizada de domínios e territorialidades. São traços da ocupação de grupos invisibilizados que se tornam visíveis pela estrutura da paisagem urbana. Passemos ao relato da experiência.

O trajeto foi feito a pé em um único dia pelas pesquisadoras – uma quarta-feira, em outubro de 2020, das 13:00 às 15:00 horas. A seleção do limite do percurso foi feita respeitando o território original do Parque Dom Pedro II.

A Figura 2 traz a indicação do percurso com a sequência numérica das vistas que foram analisadas. Entre parênteses amarelos estão alguns edifícios e infraestruturas que se relacionam com o Parque Dom Pedro II. A seta vermelha aponta para o fluxo de conexão principal transversal ao parque responsável por ligar a área do Gasômetro e região cerealista, com os terminais de transporte público, com a região da rua 25 de Março e do Pátio do Colégio. A linha tracejada vermelha indica a presença de ligações rodoviárias que envolvem e delimitam a área que ainda apresenta um programa de parque público, com áreas verdes, espaços para contemplação e para atividades esportivas etc.

A imponderabilidade da variação constante do fenômeno urbano torna muito difícil a tarefa de captura de conteúdos para posterior análise. A alternativa aqui foi usar a observação direta como ferramenta para a fixação de impressões para o embasamento do estudo. Como estratégias, para a não antecipação de resultados, as autoras se preocuparam em realizar o percurso antes do início da redação do artigo. As autoras se entregaram ao exercício deambulatório, colocando os sentidos a serviço da identificação de traços que pudessem dar pistas de como os usos, atividades e comportamentos se desenvolviam naquele contexto.

De posse dos registros da visita e com a base teórica já revisada, foi realizada a etapa de análise usando as três categorias propostas. Assim, as autoras procuraram alinhar as características percebidas do contexto mesclando com o embasamento teórico e com os sentidos desprendidos da experiência vivida no espaço. A síntese dos resultados das análises aparecem nas legendas das imagens e na sobreposição de camada de cores sobre as fotos. A manipulação dos registros pelas pesquisadoras atende a dois propósitos: a desnaturalização das fotos e o reforço de que essas imagens foram filtradas por uma experiência individual, portanto, não se prestam a generalizações.

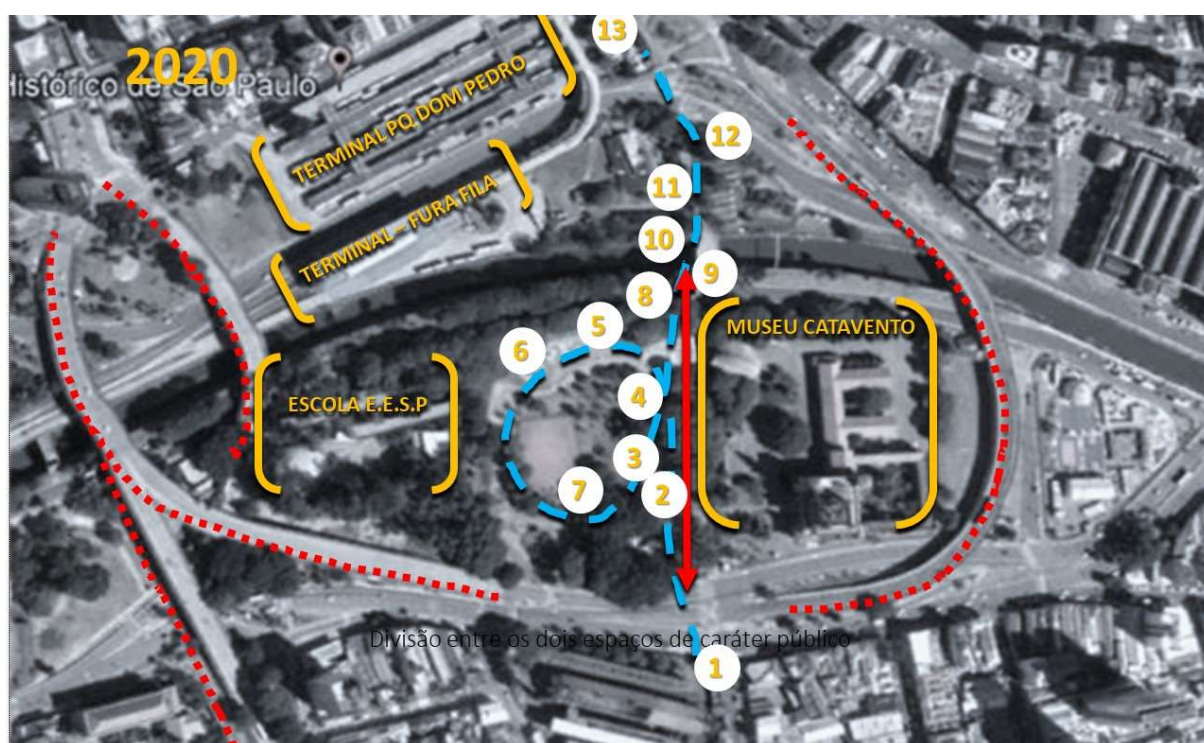


Figura 2: Visão aérea do parque com a marcação do percurso realizado. Fonte: Google Maps, editada pelas autoras.

Acredita-se que a relatividade dessa forma de análise não tira o valor de seus achados, visto que a aceitação do espaço urbano como um fenômeno imprevisível transforma a tarefa de ler os espaços da cidade em uma atividade igualmente dependente de quem os lê. Ou seja, a interpretação do espaço urbano é uma ciência que se constrói pela sobreposição de versões relativas e parciais e só se alcançará uma visão inteira quando examinadas todas juntas e com um olhar transversal.

Vista 1

Índices afirmativos

Amplitude visual: desse ponto, é possível obter uma visualização de 115 m à frente e, passando a cobertura vegetal, a vista pode alcançar cerca de 850 m do enquadramento dos edifícios do centro da cidade. Desse ponto de vista, tem-se uma bela visão do *skyline* da área central, bem como uma boa visão do perfil do Palácio das Indústrias, com visto na Figura 3.

Conforto corporal: a notação da grande cobertura vegetal do parque serve como estímulo e promessa de conforto térmico, funcionando como elemento de atração. Verifica-se a presença de cinco luminárias.

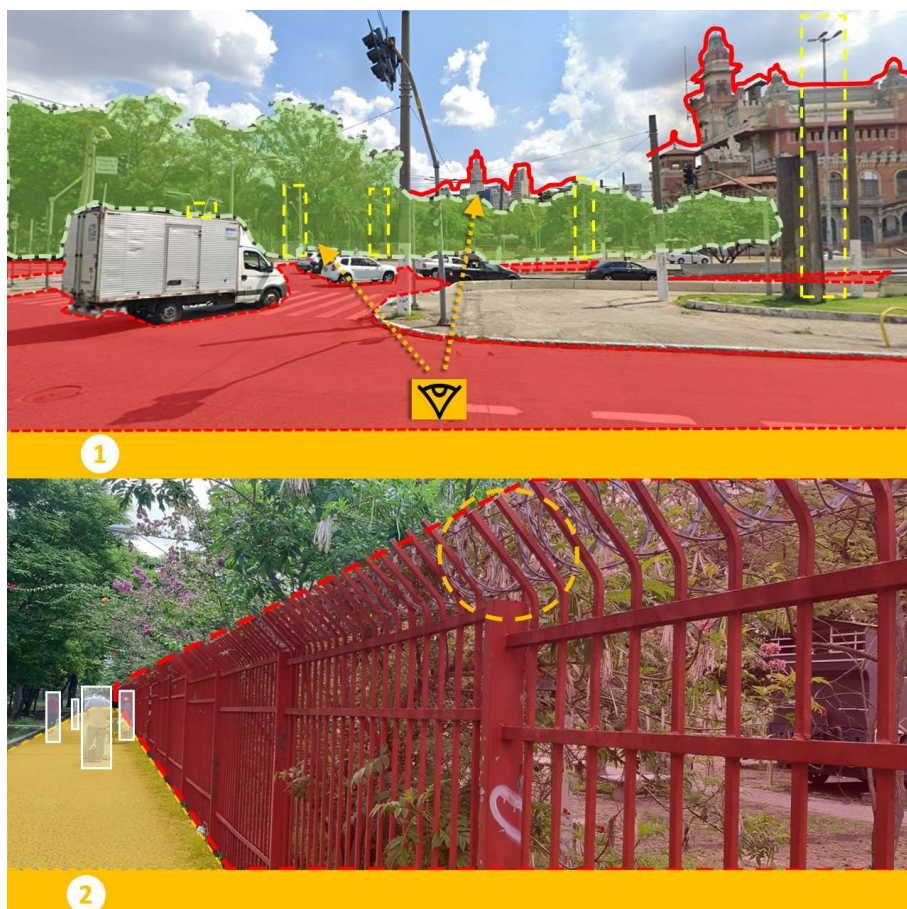


Figura 3: Vistas 1 e 2. Fonte: elaborada pelas autoras.

Índices negativos

Conforto corporal: desse ponto de vista, a grande porção de asfalto emite muita irradiação, aumentando o desconforto e tornando a espera do tempo de travessia ainda mais custoso. O ruído e o cheiro de óleo diesel, proveniente do escapamento dos caminhões que circulam na zona cerealista, provocam incômodo.

Segurança: a presença de tráfego pesado de veículos torna a travessia e o acesso ao parque uma atividade insegura.

Vista 2

Índices afirmativos

Conforto corporal: a proximidade da cobertura vegetal alivia a sensação de calor na travessia das vias e estimula a continuidade do caminho (Figura 3).

Vitalidade: notou-se a presença três transeuntes e um ambulante no caminho.

Índices negativos

Segurança: na entrada do parque verifica-se a presença de um gradil vermelho que delimita os domínios dos dois equipamentos públicos – o Museu Catavento, que ocupa o edifício do Palácio das Indústrias, e o Parque Dom Pedro II. Esse elemento de segurança ainda é guarnecido por uma estrutura de arame farpado, deixando clara a indesejada mistura da frequência dos dois públicos.

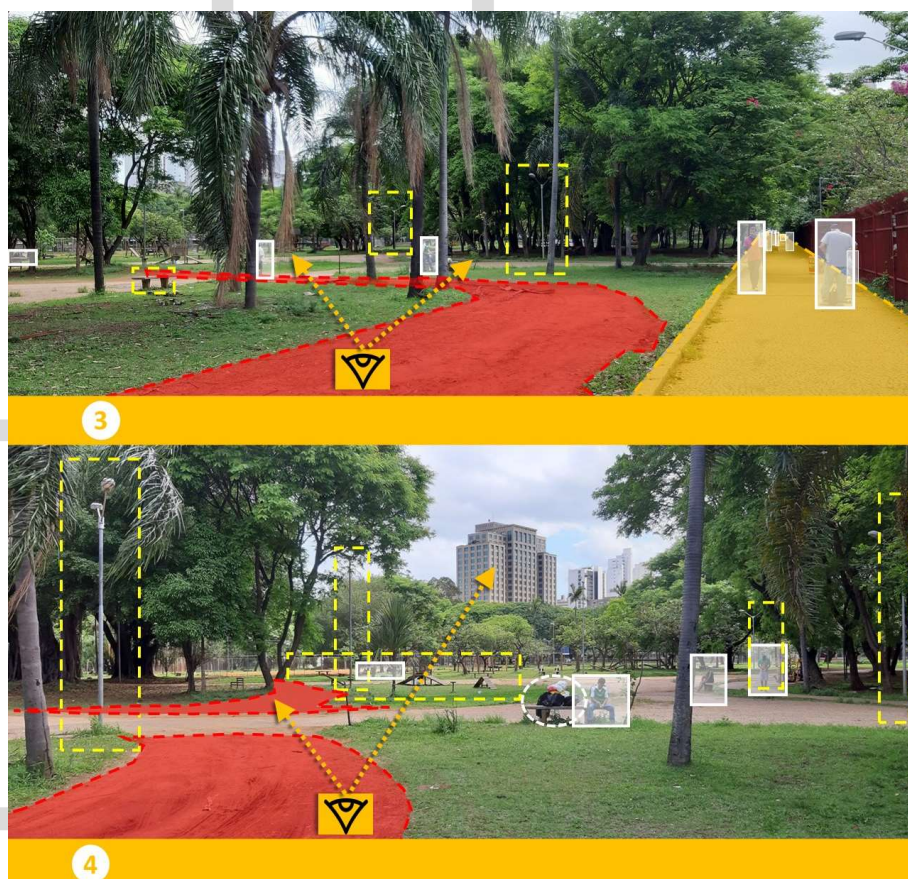


Figura 4: Vistas 3 e 4. Fonte: elaborada pelas autoras.

Vista 3

Índices afirmativos

Conforto corporal: a presença de grande cobertura vegetal torna o percurso confortável. Notam-se mobiliários – um banco e duas luminárias.

Amplitude visual: desse ponto, a amplitude visual é limitada à porção interna do parque, mas o afastamento de 60 m da cerca favorece uma visão geral do contexto e um bom enquadramento da paisagem.

Índices negativos

Infraestrutura para atividade: o caminho que atravessa o parque não deriva em nenhum momento para o caminho interno ao parque. Essa ausência de conexão explicita a clara intenção em não misturar os públicos – aqueles que apenas cruzam o parque e aqueles que têm a intenção de usufruir dele como tal. Os caminhos também apresentam problemas de manutenção, o que dificulta o percurso.

Vitalidade: verificam-se no caminho que atravessa o parque oito transeuntes, um ciclista e dois ambulantes, enquanto, na praça, é possível identificar cinco pessoas – dessas, três parecem interagir socialmente.

Índices de presença ambígua

A presença de caminhos espontâneos marcados na área de grama indica a presença de atividades não programadas.

Vista 4**Índices afirmativos**

Conforto corporal: a presença de grande cobertura vegetal torna o percurso confortável. Nota-se a presença de mobiliários – dois bancos, uma mesa e quatro luminárias.

Amplitude visual: desse ponto, o alcance visual permite um bom enquadramento da porção interna do parque, enquanto é possível visualizar os edifícios do centro da cidade, a cerca de 700 m de distância.

Infraestrutura para atividades: nota-se a presença de brinquedos infantis.

Vitalidade: nota-se a presença de três homens adultos, um caminhando e dois sentados.

Índices negativos

Infraestrutura para atividade: os caminhos apresentam problemas de falta de pavimentação e manutenção, o que dificulta o percurso.

Índices de presença ambígua

Presença de população invisibilizada: o homem que se encontra sentado no banco exibe ao seu lado uma série de volumes, como malas e sacolas, dando a impressão de que se trata de um morador de rua.

Em um dos caminhos forjados na terra, nota-se a marca de pneus, o que indica o trajeto de veículos pelo interior do parque.



Figura 5: Vistas 5 e 6. Fonte: elaborada pelas autoras.

Vista 5

Índices afirmativos

Conforto corporal: há uma área com cobertura vegetal que limita o parque e ameniza a proximidade da via com fluxo de veículos. Veem-se três luminárias.

Amplitude visual: o alcance visual a partir desse ponto é de 70 m. Para além da cobertura vegetal, é ainda possível visualizar os edifícios do centro da cidade, que estão a cerca de 650 m de distância.

Infraestrutura para atividade: nota-se a presença de pista de skate, inaugurada em 2016, e é possível observar o desgaste da pintura da pista nas áreas de manobras, indicando uso intenso, que deve ocorrer em outros dias da semana.

Índices negativos

Infraestrutura para atividade: a presença de lixo nessa área aponta para problemas de manutenção.

Vitalidade: não havia pessoas, mas as condições do espaço indicam uso em outros horários ou dias da semana.

Índices de presença ambígua

A presença de grafites por sobre a pintura oficial indica demarcação territorial. A presença de lixo, como embalagens de marmitas descartáveis, roupas e vestígios de fogueiras, aponta para o possível uso de população em situação de rua, que usa os meandros do parque para pernoitar.

Vista 6**Índices afirmativos**

Conforto corporal: boa cobertura vegetal. São notadas quatro luminárias e a borda das pistas de patins, que também tem a função de um banco contínuo.

Infraestrutura para atividade: a quadra poliesportiva apresenta gradil e pintura nova, indicando manutenção recente. Vê-se também uma pista de patins, formada por uma área circundada com guarda-corpo. O espaço está com a pintura do piso desgastada, o que indica frequente utilização da área.

Índices negativos

Infraestrutura para atividade: o caminho nessa porção encontra-se esburacado, indicando falta de manutenção.

Índices de presença ambígua

Presença de população invisibilizada: ao fundo, nota-se um homem sentado na pista de patins, provavelmente um morador de rua, com suas roupas estendidas no guarda-corpo para secar.

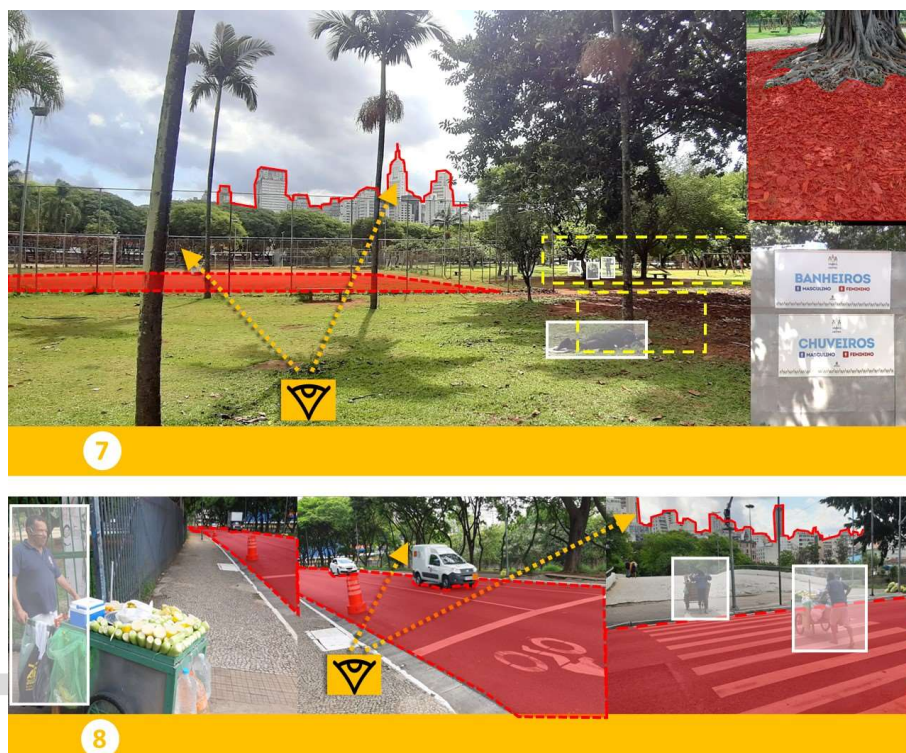


Figura 6: Vistas 7 e 8. Fonte: elaborada pelas autoras.

Vista 7

Índices afirmativos

Conforto corporal: boa cobertura vegetal, com grande plano de área gramada. Nota-se a presença de três bancos, duas luminárias.

Amplitude visual: o alcance visual a partir desse ponto é de 90 m para dentro do parque e cerca de 700 m para além do parque – favorecendo um recorte privilegiado da paisagem verde em primeiro plano e o belo *skyline* dos edifícios do centro da cidade ao fundo.

Infraestrutura para atividade: avistam-se brinquedos, aparelhos de ginástica e uma quadra de futebol ao centro, todos os equipamentos estão em bom estado de conservação.

Vitalidade: nota-se a presença de quatro pessoas, um homem sentado, um deitado na grama, e um casal conversando ao fundo.

Índices negativos

Infraestrutura para atividade: notam-se alguns problemas de manutenção, como varrição pública.

Índices de presença ambígua

Presença de população invisibilizada: nota-se a instalação de tendas de sanitários e banheiros para o uso de população em situação de rua.

Vista 8

Índices positivos

Conforto corporal: verifica-se parte da cobertura vegetal que margeia o Rio Tamanduateí.

Amplitude visual: desse ponto, é possível identificar a margem arborizada do rio a 30 m e ainda visualizar o centro da cidade ao fundo, a cerca de 630 m para além do parque.

Vitalidade: verificam-se algumas pessoas e ambulantes aguardando sinalização semafórica para travessia.

Índices negativos

Conforto corporal: nesse ponto do percurso, já nos encontrávamos no limite atual do parque, na iminência da travessia e do limite da cobertura vegetal que se avizinha. Aqui já se sente um sutil aumento da sensação térmica e aumento do ruído, com a presença veloz dos carros.

Segurança: a velocidade em que os veículos trafegam nesse trecho da avenida do Estado provoca insegurança nos transeuntes, que são obrigados a aguardar três minutos pelo sinal favorável à travessia, nunca sem antes se certificar de que haverá, por parte dos condutores, a obediência ao semáforo.

Vista 9

Índices positivos

Amplitude visual: desse ponto, é possível se avistar um dos mais representativos *skylines* da área central da cidade. Além disso, o seu enquadramento é enfatizado pela presença da ponte de pedestre ligeiramente arqueada, que limita a visualização do rés do chão da outra margem, fazendo-nos olhar para cima e observar o belo enquadramento da imagem metropolitana.

Infraestrutura para atividades: a passarela apresenta uma dimensão generosa, o que pode indicar que se esperava um fluxo maior que o existente na região.

Índices negativos

Conforto corporal: não se identificaram luminárias baixas sobre a passarela, o que indica que não foi imaginada sua utilização noturna.

Infraestrutura para atividades: a passarela apresenta claros sinais de falta de manutenção.

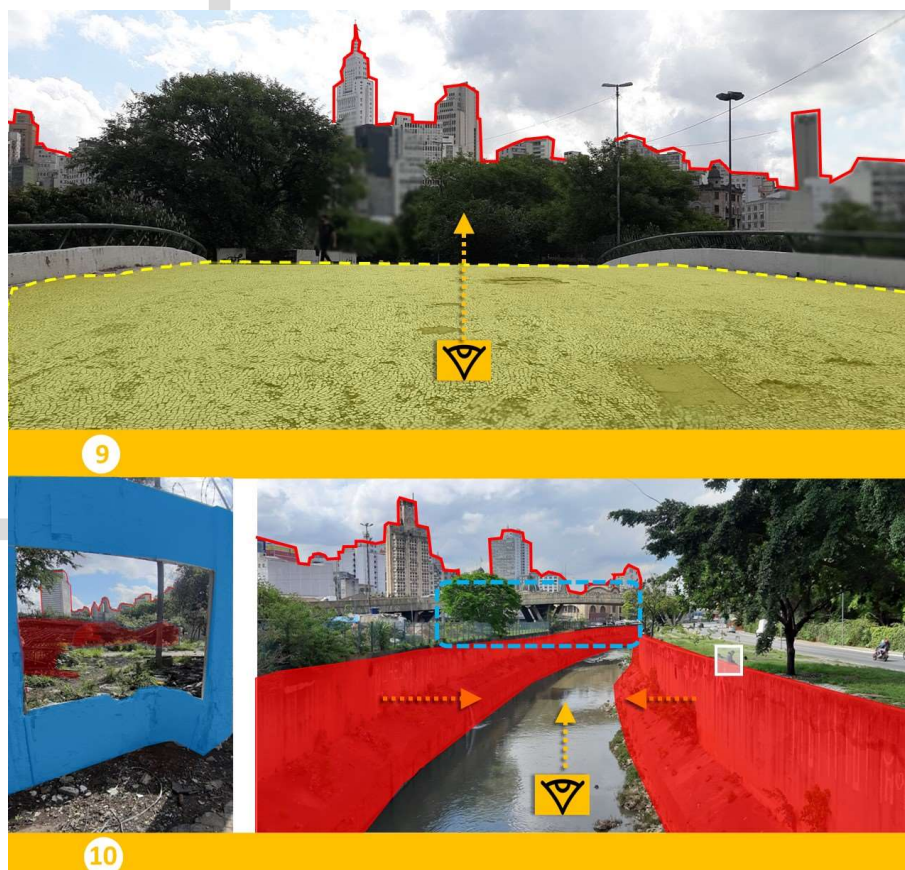


Figura 7: Vistas 9 e 10. Fonte: elaborada pelas autoras.

Vista 10

Índices positivos

Amplitude visual: só sobre a passarela o pedestre consegue ver o rio, que passa despercebido pelos veículos que trafegam pela avenida do Estado. Desse ponto, o alcance visual é de cerca de 400 m; a essa distância, é possível avistar o mercado municipal.

Índices negativos

Amplitude visual: nessa imagem, a lâmina d'água está a cerca de 5 m abaixo das margens. Suas bordas, feitas de altas contenções de concreto, impedem o curso d'água.

Índices de presença ambígua

A cor escura do rio e seu aspecto denso indicam a presença de poluentes. No entanto, ao contrário do que se esperava, o mau cheiro notado no local não parecia vir da água, mas de uma porção de terreno cercada por um muro quebrado, que revelava um local para descarte de lixo, depósito de material de construção e sanitário para transeuntes e pessoas em situação de rua.

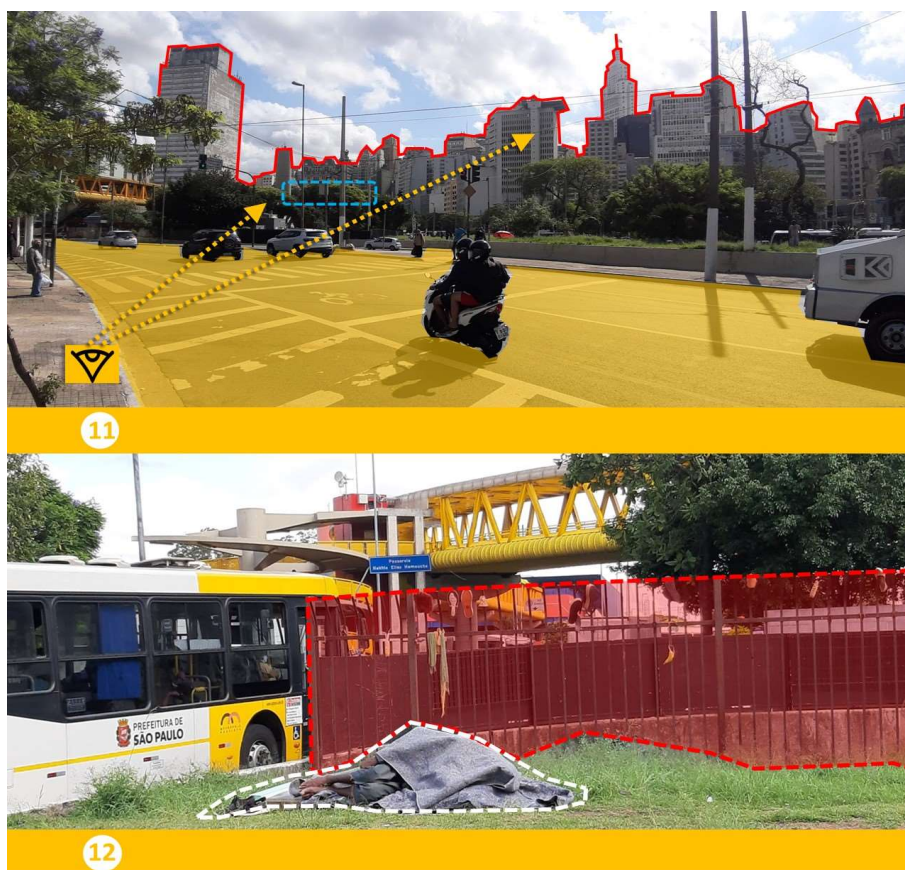


Figura 8: Vistas 11 e 12. Fonte: elaborada pelas autoras.

Vista 11

Índices positivos

Amplitude visual: desse ponto, conseguimos ver um belo enquadramento do conjunto de edifícios acima da colina do Pátio do Colégio – a uma distância de 400 m – e dos edifícios do centro, c cerca de 550 m.

Índices negativos

Conforto corporal: ao longo do percurso, há várias travessias de vias movimentadas a serem feitas; no entanto, esse último obstáculo para chegarmos ao limite da área selecionada apresentou uma característica atípica: o semáforo que permite a travessia de pedestre opera em um intervalo de tempo especialmente longo – foi registrado um intervalo de cinco minutos. Essa demora excepcional provoca um alto desconforto físico, agravado pelo calor irradiado pelo asfalto e pelo barulho do trânsito. A espera deixa as pessoas impacientes e faz que elas se arrisquem em travessias perigosas.

Segurança: nesse ponto do percurso, sentimos grande insegurança, dado que a largura estreita da calçada disponível para aguardar a abertura do semáforo de pedestres, somada à velocidade e à intensidade dos veículos, provoca uma sensação de vulnerabilidade e medo.

Vista 12

Índices de presença ambígua

Ao fim de nosso percurso, alcançamos o perímetro daquilo que um dia foi parque. Uma paisagem fraturada por fluxos, de veículos e pessoas, e dominada por infraestrutura ligada ao transporte de massa dá ao ambiente um sentido de não lugar. A intensidade, a direcionalidade e a fragmentação tornam esse espaço caótico e inóspito ao estar. A imagem captada no local, no entanto, mostra um homem que, a despeito de sua hiperexposição ao público e da paisagem hostil, consegue, com a ajuda de um cobertor, abstrair-se do contexto e dormir. Essa seria uma das raras vantagens do estado de presença ambígua.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A estratégia de nos lançarmos ao estudo de uma área mesclando instrumentais teóricos, com exposição à vivência sensível, investigação *in loco* e realização de registros para posterior análise, reflexão e organização dos resultados, mostrou-se um exercício instigante e, ao nosso ponto de vista, coerente com a natureza fluida do ambiente urbano. Métodos em aberto não implicam um caminhar sem rumo, ao contrário: é necessária a elaboração de propósitos; eles exigem que durante seu processo consigamos abdicar do controle total, deixando que o acaso opere eventuais mudanças de rota e apresente-nos realidades e contextos insuspeitos.

Neste artigo, o propósito foi refletir como o espaço urbano comunica sentidos e percepções através de seu aparato físico.

Nesse caminho, alguns autores dedicaram suas carreiras ao desenvolvimento de instrumentais de análise da paisagem e sua percepção. Personagens como Gordon Cullen, Kelvin Lynch, William White, Jan Gehl, entre outros, tentaram sistematizar conceitos que auxiliassem os profissionais, interpretar as estruturas urbanas e descobrir seus mecanismos na construção de sentidos.

A estratégia usada neste artigo para “ler” as imagens da visita propiciou às pesquisadoras importantes *insights*, que serviram para um melhor entendimento da estrutura do contexto. A marcação sobre as fotos com filtros de cor, sobreposição de linhas e setas materializou nossas impressões sensíveis e transformou esses registros em evidências.

As intervenções gráficas das fotos despertaram a consciência para as proporções, posições e tensões dos elementos, que não havíamos notado em profundidade na visita. Esse método de leitura funcionou como uma segunda percepção – uma percepção programada feita não na presença do fenômeno, mas, sim, posterior a ele, semelhante ao trabalho de um detetive, que se debruça sobre as pistas e evidências para, através dos vestígios, conseguir reconstruir e esclarecer um fato passado. Do mesmo modo, as fotos aqui nos orientam, por meio de um olhar aprofundado em seu conteúdo, na construção de uma segunda consciência da realidade.

REFERÊNCIAS

- BALANDIER, G. *O dédalo: para finalizar o século XX*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1999.
- BENJAMIN, W. Paris, capital do século XX. In: FORTUNA, C. (org.). *Cidade, cultura e globalização*. Oeiras: Celta, 1997 [1935]. p. 67-83.
- CAMPOS, R.; SIMÕES, J. A. Digital participation at the margins: online circuits of rap music by Portuguese afro-descendant youth. *Young: Nordic Journal of Youth Research*, v. 22, n. 1, p. 87-106, 2014.
- CAMPOS, R.; VAZ, C. O rap e o graffiti como dispositivos de reflexão identitária de jovens afrodescendentes em Portugal. *Sociedade e Cultura*, v. 16, n. 1, p. 127-139, 2014.
- CARERI, F. *Walkscapes: o caminhar como prática estética*. São Paulo: G. Gili, 2013.
- CASTELLS, M. *A questão urbana*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983.
- CULLEN, G. *Paisagem urbana*. Lisboa: Edições 70, 2010.
- GEHL, J. *Cidade para pessoas*. 2. ed. Tradução Anita Di Marco. São Paulo: Perspectiva, 2013.
- HEBDIGE, D. Object as images the Italian scooter cycle. In: HEBDIGE, D. (org.). *Hiding in the light: on images and things*. London: Comedia, 1988. p. 77-115.
- KOHLSDORF, M. E. *A apreensão da forma da cidade*. Brasília: Editora da UnB, 1996.
- LEY, D.; CYBRIWSKY, R. Urban graffiti as territorial markers. *Annals of the Association of American Geographers*, v. 64, n. 4, p. 491-505, 1974.

LYNCH, K. *A Imagem da cidade*. São Paulo: Martins Fontes, 2006.

SASSEN, S. Does the city have speech? *Public Culture*, v. 25, n. 2, p. 209-221, 2013.

SASSEN, S. *Expulsões: brutalidade e complexidade na economia global*. Rio de Janeiro; São Paulo: Paz e Terra, 2016.

SIMMEL, G. A metrópole e a vida mental. In: VELHO, O. G. (org.). *O fenômeno urbano*. Rio de Janeiro: Zahar, 1967.

SOLÀ-MORALES, I. *Differences: Topographies of Contemporary Architecture*. In: WHITING, S. Cambridge: MIT Press, 1996.

WIRTH, L. O urbanismo como modo de vida. In: FORTUNA, C. (org.). *Cidade, cultura e globalização*. Oeiras: Celta, 1997 [1938].